

123 Milhas ganha prazo e cliente terá de esperar

Empresa afirma ter dívidas de mais de R\$ 2 bilhões e deve apresentar ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) uma planilha de credores em um prazo de até 48 horas

Aprovada a recuperação judicial da 123 Milhas

ISABELA BERNARDES

A 1ª Vara Empresarial de Belo Horizonte, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), aprovou, na tarde de ontem (31/8), o pedido de recuperação judicial da plataforma de turismo 123 Milhas. Na decisão, a Justiça determina que a empresa, que vendia passagens aéreas mais baratas e também fazia troca de milhagem, apresente planilha de credores em formato editável em até 48 horas.

Na última terça (29), a agência de viagens entrou com o pedido na 1ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte, em Minas Gerais, alegando ter dívidas de R\$ 2,3 bilhões. No documento de recuperação, estavam incluídos o CNPJ da empresa e das empresas Art Viagens, que previa a emissão de passagens por milhas, e a Novum, holding com 100% do capital da agência.

Na decisão, a juíza Clauda Helena Batista determinou que os escritórios nomeados para auxi-

liar na ação viabilizem a implantação de uma plataforma exclusiva para a recuperação judicial contendo aba de atendimento dos credores/consumidores, centralização do planejamento e desenvolvimento da recuperação no prazo de 30 dias.

A juíza definiu ainda quem serão os administradores da recuperação judicial. Incluiu órgãos de defesa do consumidor para fazer parte do processo como amicus curiae (amigos da corte) e solicitou a empresas detentoras de

cadastro de inadimplentes "a suspensão dos apontamentos relativos aos débitos existentes até a data da distribuição da presente ação, 29/08/2023".

GANHAR TEMPO Com a aceitação do pedido de recuperação judicial, a companhia conseguiu evitar a cobrança de dívidas e ganhar tempo para organizar um plano de pagamento. A empresa pede a suspensão pelo prazo de 180 dias de ações de credores e consumidores que tenham ido à Justiça

após a interrupção de serviços. A Justiça determina ainda que a empresa coloque em sigilo nomes e dados de credores para proteção dos dados pessoais, conforme determina a lei.

O pedido de recuperação judicial é assinado por advogados dos escritórios TWK e por Bernardo Bicalho. Entre as justificativas apresentadas pela companhia, a defesa capitaneada pelo advogado Joel Luis Thomaz Bastos destaca os postos de trabalho gerados pelas

duas empresas – 427, no total –, além de "centenas de empregos indiretos".

A lista de credores da 123 Milhas reúne os próprios donos – os irmãos Augusto Julio e Ramiro Julio Soares Madureira –, centenas de pequenos hotéis e pousadas em diversas regiões do Brasil, agências de turismo, bancos e o Google. Cerca de R\$ 15 milhões são dívidas trabalhistas e R\$ 92 milhões de dívidas a micro ou pequenas empresas. (Com informações da Folhapress)

Empresa é alvo de mais de 16 mil ações

No pedido de recuperação judicial entregue à 1ª Vara Empresarial de Belo Horizonte, a plataforma de turismo 123 Milhas afirma ser alvo de 16.645 ações judiciais. Ao todo, as ações somam R\$ 232,2 milhões – boa parte do montante se deve a pedidos de ressarcimento e indenizações de consumidores, que se sentiram lesados ao comprar pacotes e passagens promocionais que não foram entregues.

Os dados constam de detalhamento apresentado nesta quarta-feira (30/8) à Justiça mineira, um dia depois de a empresa ter entrado com o pedido de recuperação judicial.

"Em virtude da repercussão negativa do anúncio da suspensão da emissão das passagens e pacotes de viagens do Programa Promo123, as requerentes [123 milhas, HotMilhas e holding Novum] vêm sofrendo forte pressão de seus credores, que já distribuíram várias ações judiciais em face da 123 Milhas – número esse que cresce a cada dia", afirmaram os advogados dos escritórios TWK e Bernardo Bicalho, na petição.

Conforme levantamento feito pela reportagem com base nos dados enviados pela empresa à Justiça, as cinco maiores ações, que juntas somam R\$ 3,6 milhões, foram

apresentadas por pessoas físicas. A maior delas pede R\$ 1,2 milhão.

Mas no levantamento constam também ações de pessoas jurídicas. A de mais alto valor é do Consórcio Empreendedor do Catuai Shopping Center Maringá, de R\$ 341 mil. Há também uma ação perpetrada por Kijeme Travel Hotels, dono do resort La Torre, em Porto Seguro (BA), no valor de R\$ 256 mil.

Na petição à Justiça mineira, a 123 milhas defende a recuperação judicial para se proteger da avalanche de ações judiciais. Só em Belo Horizonte, sede da companhia, foram ajuizadas quatro ações judiciais por hora. "A notí-

UR AZAVALE/DA PRESS



No último dia 25, um ônibus itinerante foi montado pela Defensoria Pública de MG para prestar suporte aos consumidores lesados

ciada postergação do adimplemento dos produtos adquiridos via programa Promo123 (que era o único serviço, cuja entrega as requerentes acreditaram que seria difícil honrar nos próximos meses) causou grande comoção", disseram os advogados. Com isso, de fato, a credibilidade destas di-

minuiu, acarretando o rompimento de contratos e a corrida de entidades para ajuizarem ações judiciais com pedidos liminares de bloqueio de valores, que podem ser fatais."

TRABALHISTA Já na esfera trabalhista são 914 credores da 123 Milhas e

HotMilhas, que juntos requerem R\$ 167 milhões em indenizações. A maior ação pede R\$ 267 mil, enquanto a menor apresenta reembolso de R\$ 310,66.

Na petição, a empresa afirmou ter 417 trabalhadores, entre os negócios de 123 Milhas e HotMilhas. Na segunda-feira (28), a empresa promoveu uma demissão em massa em meio a um anúncio de reestruturação – foram pelo menos 200 trabalhadores dispensados, segundo apurou a Folha, das áreas administrativa, financeira e tecnologia. A companhia não informou o número de demissões.

Na rede social LinkedIn, muitos funcionários relataram surpresa com a dispensa, ao mesmo tempo em que solicitavam novas chances de trabalho. (Folhapress)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Economia Pagina: 9